



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0201978-1

IMPETRANTE : DEOCLÉCIO JOSÉ DE LIRA SOBRINHO
PACIENTE : COSMO RAMOS DA SILVA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : IPOJUCA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

033

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TENTATIVA DE HOMÍCIO QUALIFICADO(ART.121, §2º, II E IV, C/C ART.14, II, TODOS DO CP). PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS LEGAIS. INOCORRÊNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. ART.312 DO CPP. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INSTRUÇÃO CRIMINAL PRÓXIMA DO FIM. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – O art.312 do Código de Processo Penal estabelece os pressupostos da prisão preventiva: garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. *In casu*, o magistrado de 1º grau justificou a necessidade de manutenção do decreto segregatório, fundamentando-o no fato de ter o paciente tentado empreender fuga no momento de sua prisão, o que afastaria o benefício da liberdade provisória, uma vez que esta colocaria em risco a aplicação da lei penal.

II – As condições pessoais favoráveis do paciente, por si só, não lhe garantem a revogação da medida segregatória preventiva, havendo nos autos elementos outros que indiquem a necessidade da manutenção do decreto prisional cautelar.

III-Estando marcada a audiência de instrução e julgamento para um futuro próximo, não está caracterizado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

IV -- Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0201978-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

034

HABEAS CORPUS Nº 0201978-1
IMPETRANTE : DEOCLÉCIO JOSÉ DE LIRA SOBRINHO
PACIENTE : COSMO RAMOS DA SILVA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
COMARCA : IPOJUCA
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

RELATÓRIO

Deoclécio José de Lira Sobrinho, advogado, impetrou o presente *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, em favor de **COSMO RAMOS DA SILVA**, relativamente ao processo nº 24.2009.001390-1, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ipojuca.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente encontra-se preso desde o dia 21/07/2009, quando foi detido em flagrante sob a alegação de ter praticado o delito descrito no art.121, §2º, II e IV c/c o art.14, II, do Código penal; em decisão de 20/11/2009, o Juiz do Mutirão Carcerário denegou pedido de liberdade provisória em seu favor, alegando a necessidade de garantir a aplicação da Lei Penal; a manutenção da segregação do paciente constitui constrangimento ilegal, uma vez que o mesmo é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, inexistindo razão para supor-se que pretenda furtar-se à aplicação da Lei penal. Ao final,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



035

Lei penal. Ao final, pugna pela concessão liminar da ordem e por sua posterior confirmação.

A inicial veio acompanhada de documentos, colacionados às fls.06/40.

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 59, acostando os documentos de fls.60/69.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Norma Mendonça Galvão de Carvalho, ofertou parecer às fls. 73/76, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

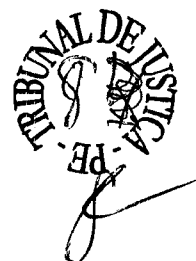
Recife, 15 de Dezembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



036

HABEAS CORPUS Nº 0201978-1

IMPETRANTE : DEOCLÉCIO JOSÉ DE LIRA SOBRINHO
PACIENTE : COSMO RAMOS DA SILVA
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
COMARCA : IPOJUCA
ORÇÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado por Deoclécio José de Lira Sobrinho, em favor de **COSMO RAMOS DA SILVA**, relativamente ao processo nº 424.2009.001390-1, que tramita na Vara Criminal da Comarca de Ipojuca, pela prática do delito previsto no art. 121, §2º, II e IV, c/c o art.14, II, todos do CP.¹.

Segundo informou a autoridade apontada como coatora, às fls.59, o paciente foi preso em flagrante no dia 22/07/2009, sob a

¹ CP

Art 121. Matar alguém:
Pen 1 - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pen 1 - reclusão, de doze a trinta anos.

Art 14 - Diz-se o crime:

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



037

acusação de, no dia 21/07/2009, por volta das 16h, no Município de Ipojuca, ter tentado matar Luciano Santos Silva, utilizando uma faca, com a qual desferiu na vítima um golpe na região abdominal, não consumando o homicídio por motivos alheios à sua vontade. O pedido de liberdade provisória foi indeferido pelo juiz em exercício no Mutirão carcerário. A audiência de Instrução e Julgamento está designada para o dia 14/12/2009.

O impetrante alega que a manutenção da medida cautelar é desnecessária face às condições pessoais favoráveis do paciente, tais como a primariedade, profissão definida e endereço fixo.

Pois bem.

De fato, a prisão cautelar é medida de exceção e como tal deve ser decretada somente por razões de necessidade e com observância dos requisitos legais.

O art.312 do Código de Processo Penal estabelece os pressupostos da prisão preventiva: garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



038

No caso em tela, entendo que o magistrado de 1º grau justificou a necessidade de manutenção do decreto segregatório, fundamentando-o no fato de ter o paciente tentado empreender fuga no momento de sua prisão, o que afastaria o benefício da liberdade provisória, uma vez que esta colocaria em risco a aplicação da lei penal.

Outrossim, impende realçar que as condições pessoais favoráveis do paciente, por si só, não lhe garantem a revogação da medida segregatória preventiva, havendo nos autos elementos outros que indiquem a necessidade da manutenção do decreto prisional cautelar.

Nesse sentido, trago a lume o seguinte julgado do E. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS.
TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO EM FLAGRANTE.
LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. PRESENÇA DOS
REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA À
SEGREGAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. As prisões provisórias ou processuais - aí incluídas as prisões em flagrante, preventiva, temporária, decorrente de sentença condenatória recorrível e decorrente de sentença de pronúncia - devem, sob pena de constrangimento ilegal, cingir-se, fundamentadamente, ao disposto no art. 312 do CPP.

2. Preenchidos os requisitos e ocorrendo uma ou mais hipóteses da prisão preventiva, como se verifica no caso, não há falar em ilegalidade do decreto de custódia cautelar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
P.E.
039

3. As condições pessoais favoráveis do paciente - primariedade, família, trabalho e residência fixos - não são garantidoras de eventual direito de liberdade quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar.

4. Ordem denegada.

(STJ, HC 102.834/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2009, DJe 21/09/2009)

Como demonstrado, a manutenção da prisão do paciente esta plenamente justificada.

Registre-se, ainda, que a audiência de Instrução e Julgamento está marcada para o dia 14/12/2009, já estando próximo, portanto, o fim da instrução criminal, não se justificando a concessão de habeas corpus por excesso de prazo.

A corroborar esse entendimento, colaciono o seguinte julgado deste Tribunal:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIMES DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGAÇÕES DE FALTA DE MOTIVO PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO E EXCESSO DE PRAZO PARA A FINALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONSTRANGIMENTO NÃO CARACTERIZADO. DENEGACÃO DA ORDEM. 1. De acordo com o artigo 44 da Lei 11.343/06, é vedada a concessão de liberdade provisória na prática de crime de tráfico de drogas, devendo, portanto, ser mantida a prisão cautelar do paciente. 2. Constatado que o processo vem seguindo seu curso normal, sendo que o único atraso ocorrido se deu por culpa de um dos acusados e estando marcada a audiência de instrução e julgamento para um futuro próximo, não está caracterizado o constrangimento ilegal por excesso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



de prazo. 3. O princípio da celeridade processual deve estar aliado ao princípio da razoabilidade, não sendo considerado peremptório o prazo do artigo 400 do CPP, podendo tal prazo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade. Precedentes do STJ. 4. Ordem Denegada. Decisão unânime. (TJPE, Habeas Corpus nº 182399-6, 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Roberto Ferreira Lins, julgamento em 31/03/2009, grifos nossos).

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator